



MANIFESTO EM DEFESA DA HIGIDEZ TÉCNICA E DA AUTONOMIA DA ANÁLISE FORENSE

DESTINATÁRIOS: À Sociedade Brasileira, à Direção-Geral da Polícia Federal e aos Órgãos do Poder Judiciário.

O corpo de servidores integrantes da Análise de Inteligência da Polícia Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e imbuído do dever republicano de velar pela lisura na apuração de infrações penais, vem a público manifestar profunda preocupação e contundente posicionamento acerca dos rumos da produção probatória e analítica no âmbito do sistema de justiça penal.

A atividade de análise forense e inteligência policial no âmbito da Polícia Federal é pautada pela estrita impessoalidade, pela objetividade metodológica, pelo respeito intransigente às garantias fundamentais e pelo cumprimento rigoroso do devido processo legal e da cadeia de custódia. Cada Relatório de Análise produzido representa centenas de horas de trabalho minucioso e dedicado de profissionais especializados, visando exclusivamente à elucidação técnica dos fatos, de forma plenamente isenta de vieses políticos, ideológicos ou conjunturais.

Observa-se, contudo, com extrema preocupação, um cenário recorrente em que trabalhos técnico-científicos de análise policial, desenvolvidos com rigor metodológico e em estrito cumprimento às normas legais vigentes, vêm sendo sucessivamente descaracterizados ou invalidados por construções jurídicas que desconsideram a materialidade e a higidez das evidências produzidas.

A desconstrução sistemática de elementos probatórios e relatórios de análise instruídos com lisura gera grave insegurança jurídica, fragiliza a credibilidade das instituições de controle e compromete diretamente o combate à criminalidade organizada e aos crimes contra a administração pública. Tal panorama impõe um desestímulo desarrazoado aos servidores encarregados da produção do conhecimento técnico fundamental para a proteção do Estado Democrático de Direito.

Diante disso, o grupo de Analistas da PF consolida os seguintes pontos de firme posicionamento:

1. **Reafirmação do Compromisso Técnico:** O compromisso da atividade de análise policial reside estritamente na aplicação da lei, da ciência e da busca da verdade real, sendo inegociável a independência técnica dos relatórios produzidos no âmbito da instituição;



UM REFERENCIAL DE RESISTÊNCIA, LUTAS E CONQUISTAS

2. **Preservação da Prova Analítica:** A produção do conhecimento técnico não pode ser subordinada a conveniências conjunturais ou a interpretações que desconsiderem os parâmetros científicos e metodológicos consolidados da análise forense policial;
3. **Alerta sobre o Limite da Confiança no Sistema de Justiça Criminal:** A eventual desconstituição ou anulação de relatórios e procedimentos analíticos regularmente instruídos sob estrita observância das normas legais e metodológicas, por ocasião da sessão plenária a ser realizada no próximo dia 15, **colocará a confiança dos policiais federais no sistema de justiça criminal brasileiro em um ponto de inflexão sem precedentes**. A prevalência de critérios alheios à higidez técnico-científica compromete a própria razão de ser da atividade analítica e mina a motivação dos profissionais vocacionados à defesa da sociedade.

A preservação da dignidade da atividade de análise forense e do valor probatório dos relatórios técnicos constitui pressuposto indispensável para a manutenção da eficiência, da credibilidade e da higidez da Justiça Penal no Brasil e a consolidação do senso de justiça.

Maceió/AL, 14 de setembro de 2026.

SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DE ALAGOAS

SINPOFAL

CNPJ sob nº 24.479.065/0001-20